



Foto Marco Maurício/OJE

"A LENTIDÃO DA JUSTIÇA TEM CONSEQUÊNCIAS DRAMÁTICAS NA VIDA DOS CIDADÃOS"

Quem o afirma é **João Caiado Guerreiro**. Para este jovem advogado e potencial candidato à Ordem não é bom ter 5% da população portuguesa penhorada...

possam posicionar-se?

O nosso escritório está posicionado nos mercados onde se fala português e nos mercados emergentes, como a Índia e a Rússia e isso tem corrido bem. O mundo é cada vez mais internacional e, como advogados, tentamos ser globais. Assim, temos ajudado muitas empresas portuguesas a internacionalizarem-se.

Mas Portugal está a passar ao lado de muitas oportunidades económicas que

à escala global se estão a abrir...

A economia mundial cresce a uma média de 5% ao ano e nós estamos estagnados há sete anos. O paradigma da economia mundial mudou, mas os nossos decisores não perceberam isso. O único remédio que sabem aplicar é aumentar os impostos, retirando direitos aos contribuintes e estes votam com os pés, como é sabido. Os portugueses emigram cada vez mais para o estrangeiro.

Essa fuga de cérebros, também se verifica na área jurídica? Como se pode contrariar esse movimento num mercado global e aberto?

Fazendo o contrário do que este Governo tem estado a fazer: garantindo aos cidadãos os seus direitos e um verdadeiro estado de Direito, e baixando os impostos. É assim que faz a Espanha e é o que a França vai fazer, e a Alemanha já fez. Portugal tem de ser competitivo e para isso tem de reduzir a sua despesa pública.

É um disparate afirmar com orgulho que estão efectuadas 500 mil penhoras. Só alguém com uma forma de pensar peculiar é que acha bom ter 5% da população portuguesa penhorada... A Internet permite hoje que muito trabalho sofisticado seja feito à distância por quadros muito bem remunerados. Estas pessoas ganham muito bem e pagam impostos onde residem e são cada vez mais. Portugal tem de trabalhar para as atrair, em vez de as afugentar.

Por outro lado, como avalia o investimento estrangeiro em Portugal?

Está a melhorar, mas não temos condições para competir com o estrangeiro. Os custos do contexto são enormes. Para crescermos temos de baixar os impostos e outros pagamentos ao Estado, como fez a Irlanda. Sem isso, vamos continuar sem ser competitivos. A educação é uma reforma importante, mas leva gerações a ter efeitos.

Já decidiu sobre a sua candidatura à Ordem dos Advogados?

Eu vejo que há uma necessidade enorme de agilizar o funcionamento da justiça, de tornar o exercício da advocacia em Portugal mais consentâneo com o próprio andamento dos processos de decisão empresarial, de garantir maior celeridade na decisão judicial, permitindo aos advogados que efectivamente advoguem e não se fiquem apenas pela gestão de processos morosos e perdidos em teias processuais. Tenho meditado nestas questões e estou, efectivamente, a ponderar uma candidatura a bastonário. Mas estas decisões têm um profundo impacto na vida profissional e até pessoal das pessoas e de-me até Setembro para tomar uma decisão final sobre a matéria. Felizmente, têm-me ligado muitos colegas que concordam comigo e que me têm incentivado a avançar.

Mas em termos concretos, a que se propõe?

Desde logo, a facilitar o desenvolvimento das práticas profissionais dos jovens advogados, dignificando a profissão. Por outro lado, a Caixa de Previdência dos Advogados deve apoiar as advogadas durante as suas licenças pós-parto, contribuindo para uma melhor inserção e dignificação das mulheres nesta profissão. E não podemos assistir a esta globalização económica e querer que na nossa Ordem dos Advogados tudo continue na mesma, defendendo um estilo antiquado de exercer a advocacia. Há muita coisa para mexer no funcionamento da prática jurídica em Portugal, essencial para que daqui a dez anos ainda faça sentido ser advogado no nosso país.

Que medidas deve a Ordem tomar para que o exercício da advocacia ganhe uma nova dinâmica rapidamente?

A Ordem dos Advogados não pode demitir-se da importantíssima função que tem como representante de todos os advogados. Tem de fazer uma pedagogia e talvez alguma pressão, no sentido de modernizar a justiça, tornando-a mais célere.

João Caiado Guerreiro é um dos pontos de lança de uma nova geração de advogados em Portugal. Referido com insistência como potencial candidato à Ordem dos Advogados, este especialista em fusões e aquisições da Franco Caiado Guerreiro & Associados, refere os constrangimentos na justiça em Portugal e promete uma revolução no sector, se decidir avançar para a Ordem.

Sente constrangimentos na forma como se exerce a advocacia em Portugal?

Os constrangimentos principais vêm da lentidão da justiça, que tem consequências dramáticas na vida dos cidadãos e que, ao contrário do que se diz, não são apenas responsabilidade dos juizes, mas de todo o sistema de justiça, que precisa urgentemente de novos procedimentos. O outro grande constrangimento é a burocracia, particularmente nos processos de licenciamento, que atrasa toda a vida empresarial.

Isso tem a ver também com a situação económica que atravessamos?

Sim, a burocracia e a lentidão da justiça, que são factos públicos e notórios, reduzem o investimento e afastam os investidores estrangeiros. Em muita coisa, mesmo os nacionais, preferem investir no estrangeiro.

Há uma enorme insatisfação junto dos mais jovens advogados, cujas carreiras parecem proletarizadas no actual ambiente. Isso é contrariável?

É fundamentalmente, além de apoios ao desenvolvimento da profissão, uma justiça mais rápida e menor burocracia gerarão mais trabalho para os advogados jovens. Além de que são fundamentais num Estado de Direito, como protecção dos cidadãos.

E o próprio sistema jurídico, por que é que funciona de forma deficiente?

Porque não está orientado para a tomada de decisões e não está adaptado ao novo ritmo do mundo real. Claro que a justiça tem de ser rigorosa e isso implica procedimentos e ponderação e naturalmente isso demora algum tempo. Mas os padrões não podem ser os mesmos para julgar um caso complexo e para cobrar uma dívida. E num mundo em que o tempo é muito caro a justiça tem de ter isso em conta.

A concorrência de sociedades de advogados estrangeiras está a prejudicar o desenvolvimento das sociedades portuguesas?

Acho que a concorrência é saudável e, sobretudo, estando nós na União Europeia, é inevitável. O que me parece fundamental é que a Ordem dos Advogados intervenha para que todos concorram ao mesmo nível. Por exemplo, os sítios na Internet das sociedades de advogados estrangeiras que actuam em Portugal referem os nomes dos clientes. Nós, portugueses, não o podemos fazer e ficamos em grande desvantagem.

Ao contrário, vê algum mercado onde as sociedades portuguesas